

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANITA MOREIRA DOS SANTOS

**A VISÃO EMPIRÍCA DOS CONTADORES SOBRE A ARBITRAGEM NO
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**CACOAL-RO
2011**

**A VISÃO EMPIRICA DOS CONTADORES SOBRE A ARBITRAGEM NO
MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – RO**

Por

ANITA MOREIRA DOS SANTOS

**Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia- UNIR-
Campus de Cacoal, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, elaborado sob a
orientação da Professora. Esp. Ellen Cristina
Matos.**

Cacoal-RO

2011

**A VISÃO EMPIRICA DOS CONTADORES SOBRE A ARBITRAGEM NO
MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA – RO**

Por

ANITA MOREIRA DOS SANTOS

**Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia, *Campus*
de Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis, mediante a banca examinadora,
formada por:**

Profª. Esp. Ellen Cristina de Matos– Orientadora/UNIR

Presidente

Membro

Membro

**CACOAL-RO
2011**

| | |
|--|----|
| Conteúdo..... | 7 |
| INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 6 |
| 1.1 HISTÓRIA E ABORDAGEM CONCEITUAL DA ARBITRAGEM..... | 6 |
| 1.2 A ARBITRAGEM NO BRASIL..... | 7 |
| 1.3 MEDIAÇÃO | 9 |
| 1.4 CONCILIAÇÃO..... | 9 |
| 2 O CODIGO DE ÉTICA NA ARBITRAGEM | 10 |
| 2.1 A ARBITRAGEM SOB A LEI Nº 9.307/96..... | 11 |
| 2.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO..... | 11 |
| 3 A ARBITRAGEM EM RELAÇÃO AS CAUSAS TRABALHISTAS..... | 12 |
| 3.1 DIREITO TRABALHO NA ARBITRAGEM..... | 13 |
| 4 A ARBITRAGEM NO CONCEITO DA PERÍCIA..... | 14 |
| 4.1 A ARBITRAGEM E O PROFISSIONAL CONTÁBIL..... | 16 |
| 5 METODOLOGIA..... | 16 |
| 5.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA | 16 |
| 5.2 MÉTODO DA PESQUISA..... | 17 |
| 5.3 TÉCNICA DA PESQUISA | 17 |
| 5.4 ANÁLISE DOS DADOS..... | 17 |
| 6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... | 17 |
| 6.1 PESQUISA REALIZADA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO..... | 17 |
| 6.1.1- Compreensão dos contadores sobre a Arbitragem?..... | 18 |
| 6.1.2- Finalidade da Arbitragem..... | 18 |
| 6.1.3- Diferenças entre os termos “Arbitragem, Conciliação e Mediação” | 19 |
| 6.1.4- Identificação sobre conceito das “Cláusulas Compromissória”: | 20 |

| | |
|---|----|
| 6.1.5 – Você sabe quanto tempo demora a solucionar um Processo no Tribunal Arbitral?..... | 21 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 21 |
| REFERÊNCIAS..... | 22 |
| ANEXOS..... | 24 |
| I- QUESTIONÁRIO..... | 24 |

A VISÃO EMPÍRICA DOS CONTADORES SOBRE A ARBITRAGEM NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO

Anita Moreira dos Santos¹

RESUMO: A arbitragem é uma alternativa muito importante para os profissionais da área da contabilidade, sendo um instrumento de solucionar e dirimir as controvérsias de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas nos litígios relacionados ao direito disponível, tendo a mesma liberdade de transação e renúncia a decisão do árbitro ou árbitros. Assim, a arbitragem traz para os dias atuais a utilização do Tribunal Arbitral com base na Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. Sendo a mesma uma das formas mais utilizadas no mundo, que diz que todas as pessoas são capazes de contratar a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, desde que tenha cláusula compromissória. A pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo, sendo que esta se deu com pesquisa a 22 escritórios de Rolim de Moura/RO, cujas técnicas foram as de entrevistas para os profissionais da área da contabilidade a respeito da sua percepção da profissão. Após análise da conclusão desta pesquisa constatou-se que a maioria dos profissionais tem conhecimentos sobre o assunto, mas esses são pouco utilizados. O Tribunal Arbitral que havia no Município de Rolim de Moura finalizou suas atividades no ano de 2010. Conclui-se que a abordagem contribuiu para que os profissionais da área contábil reafirmassem a importância e a necessidade da Arbitragem.

Palavras Chaves: Arbitragem. Mediação. Conciliação. Cláusula Compromissória.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a arbitragem, que será abordada com base na Lei nº 9.307, instituída em 23 de setembro de 1996, uma alternativa a mais para os profissionais da área da contábil, utilizada no Brasil. Como um modo de solucionar as controvérsias entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas em questões que envolvem direitos disponíveis. Apesar de ser pouco divulgada no Brasil desde os tempos da colonização portuguesa, essa foi decretada na constituição de 1824 e já previa o Juízo Arbitral.

Como uma forma de justiça privada, a arbitragem vem buscando perante o Estado os direitos e deveres para auxiliar a justiça, por isso que algumas pessoas utilizam a arbitragem

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia - *Campus* de Cacoal. Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da Professora Especialista Ellen Cristina Matos.

como uma forma de resolver os litígios sem a participação do Poder Judiciário, podendo todas as pessoas serem capazes de contratar o serviço do Tribunal Arbitral.

No Tribunal Arbitral são adotadas algumas vantagens como a imparcialidade, credibilidade, competência, confidencialidade, diligência, a rapidez na escolha dos árbitros e a economia das partes em negociar os honorários dos juízes, o sigilo que é a principal característica da arbitragem por meio das partes interessadas, a informalidade e flexibilidade, a tolerância que preservam as relações entre as partes do conflito e a confiança que é o maior compromisso e cria maior segurança entre as partes do conflito.

É interessante registrar que o profissional contábil deverá possuir uma visão global do ambiente em que está inserido, sabendo separar o que é importante do que pode ser deletado sem perder o foco no cliente, aplicando o poder e preparo para comunicar informações úteis, tempestivas, oportunas, relevantes, convincentes, seguras e a consciência de responsabilidades como cidadão.

Assim, o presente artigo como objetivo geral verificar a concepção dos profissionais contábeis na área da Arbitragem, no município de Rolim de Moura- RO. O método para se alcançar o objetivo proposto é o indutivo, que é reconhecido por abordar partes para a compreensão do todo. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e materiais disponíveis na Internet e pesquisa de campo, com coleta de dados por meio questionário, e entrevista realizada pela pesquisadora. Para a realização da pesquisa de campo foi elaborado um questionário, composto de 16 (dezesseis) questões fechadas, direcionadas aos bacharelados na área da contabilidade. Após a coleta de dados, estes foram tabulados e os resultados estão demonstrados em forma de gráficos, descritos e analisados contribuem para o entendimento do tema.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 HISTÓRIA E ABORDAGEM CONCEITUAL DA ARBITRAGEM

A arbitragem é uma técnica de solucionar as controvérsias de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, tem a mesma liberdade de transação e renúncia a decisão do árbitro ou árbitros. Conforme Guilherme (2007, p. 33). Havendo vários conflitos de interesses para

serem resolvidos, a arbitragem surge como uma alternativa para solucionar esses conflitos como uma justiça pública, oferecida pelo Estado.

A arbitragem é uma das formas mais antiga do mundo, tendo sido utilizada na antiguidade e na Idade Média; podemos dizer que é utilizada há anos. Apesar de ser pouco divulgada no Brasil desde os tempos da colonização portuguesa, essa foi decretada na constituição de 1824 já previa o Juízo arbitral. De acordo com Guilherme (2007,p.35).

Um dos grandes avanços dos mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsia, no Brasil, foi a clara aspiração social, trazendo um menor custo e mais agilidade, fora do Poder judiciário, o qual foi iniciado com a Lei nº 9.099/1995.

A arbitragem logo revitalizou com a Lei nº 9.307/1996, assim solucionando os conflitos e interesses, com mais veracidade nas partes envolvidas, nas controvérsias que implicam nos interesses das duas partes, podendo ser utilizada de uma maneira civilizada.

1.2 A ARBITRAGEM NO BRASIL

No Brasil, a arbitragem é constituída desde 1824, sendo uma forma de Justiça privada, em que a sociedade vem buscando perante o Estado os direitos e deveres para auxiliar a justiça, por isso que algumas pessoas utilizam a arbitragem como uma forma de resolver os litígios sem a participação do Poder Judiciário, podendo todas as pessoas capazes de contratar o serviço do Tribunal Arbitral.

Conforme Yagamaguchi (2000, p.28).

A arbitragem, no Brasil, encontra-se em desuso, e a lei nº 9307-96 resgatou de nossas instituições jurídicas o “acordo de vontades” por meio do qual as partes preferindo não se submeter à legislação judicial confiam a árbitros a solução de seus conflitos de interesses, mediante concessões mútuas, dirimem suas controvérsias de comum acordo, transferindo a terceiros a solução, por não se sentirem habilitados a resolvê-las pessoalmente. É uma forma rápida e racional de solução, paralela à do Poder Judiciário, tornando mais célere a aplicação da justiça.

De acordo com a lei nº 9.307/96. Art.1º diz que todas as pessoas são capazes de contratar a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Inclusive os dos direitos trabalhistas, desde que tenha cláusula compromissória, ou seja, todos os contratos em geral. O Art.3º ressalta que as partes interessadas podem submeter e solucionar seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral, ou seja, todos contratos em geral. De acordo o Narciso Junior(2011)

A arbitragem é classificada pela doutrina em duas espécies: a facultativa e a obrigatória. A primeira é aquela escolhida livremente pelas partes; a segunda é a imposta pelo Estado. Enquanto que na arbitragem facultativa as partes escolhem livremente o árbitro, na obrigatória o perito é estatal, normalmente um funcionário designado pelo Estado ou um Tribunal especializado. Todavia, a força obrigatória decorre da vontade das partes que livremente convencionaram submeter o conflito ao árbitro. A arbitragem possui característica marcadamente facultativa, tendo em vista que requer o mútuo consentimento das partes não só para a sua efetivação, mas também, para a escolha do árbitro e dos procedimentos que a disciplinarão.

O Código Civil Brasileiro diz em seu Art.851 é admitido compromisso, judicial ou extrajudicial, para resolver litígios entre pessoas que podem contratar. O Art. 852 é vedado compromisso para solução de questões de estado, de direito pessoal de família e de outras que não tenham caráter estritamente patrimonial. Já o Art. 853 admite-se nos contratos a cláusula compromissória, para resolver divergências mediante juízo arbitral, na forma estabelecida em lei especial. Na Lei nº 9.307, art. 4º define: a cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

Conforme, Araújo Kroetz (1997, p.66)

A arbitragem contratual, na realidade, não é uma instituição jurídica organizada pelos legisladores, mas fruto do Direito obrigacional. Trata-se da expressão máxima da autonomia da vontade ao permitir que as próprias partes, assim como regulamentam a formação do seu negócio jurídico, solucionem as suas pendências através da forma e procedimento que melhor lhes aprouver.

A cláusula compromissória tem como objetivo de solucionar uma controvérsia entre ambas as partes assim decidindo eventuais decisões futuras. Sendo uma alternativa rápida para solucionar os conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, diante da sociedade ela vem ganhando uma importância para a contribuição do Estado, no Poder judiciário. Tendo a base nos princípios do direito do código do processo civil, na lei 9.307 de 23 de setembro de 1996, o fato de alguns processos terem o andamento mais lento para se chegar a uma conclusão, a arbitragem tem o compromisso de desenvolver os litígios no prazo máximo de (6) seis meses para obter mais rápido o resultado da sentença da controvérsia. O conselho de contabilidade do Rio Grande do Sul (2000,p.15) conceitua arbitragem como:

A arbitragem é um modo de solucionar controvérsias entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídica em questões, que envolvem direitos patrimoniais. Trata-se de exercício processual em que o julgador (árbitro) pode valer-se de mecanismo idênticos aos da justiça comum realizar audiências, ouvir testemunhas e determinar levantamentos de provas) com a finalidade de se convencer e prolatar sentença sobre a questão.

A arbitragem é o meio onde as pessoas possam solucionar os conflitos interesses deste que tenha cláusulas compromissórias.

1.3 MEDIAÇÃO

A mediação é atuação de uma pessoa que trabalha pela diligência, uma ou duas partes envolvida em uma situação de conflitos seja ela qual for, pode ter participação com diversos tipos de negociações, deste que haja um contrato entre as partes. Sendo uma solução dos conflitos de interesses, dentre os meios alternativos que ainda é bem pouco conhecido e utilizado. Conforme Zapparolli (2003,p.52)

A mediação, como procedimento, visa à facilitação às partes envolvidas em um conflito, à administração pacífica desse conflito por si própria. Ou seja, uma pessoa capacitada e neutra, o mediador, usa de técnicas específicas de escuta, de análise e definição de interesses que auxiliam a comunicação dessas partes, objetivando a flexibilização de posições rumo a opções e soluções eficazes a elas e por elas próprias.

A mesma é uma alternativa para a resolução de conflitos, na qual aparece a figura de uma terceira pessoa, o mediador, trazendo como característica primordial a clareza, a soberania, a eficácia para resolver a vontade das partes, sendo elas responsáveis pela decisão final, e que auxilia as partes para achar seus verdadeiros interesses, assim podendo chegar a um acordo.

1.4 CONCILIAÇÃO

A conciliação foi criada para solucionar alguns conflitos, um deles é a legislação trabalhista, na qual se destaca a criação das Comissões de Conciliações prévias, instituídas pela Lei nº 9.958 de 2000, sendo a Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, a CLT que tem o intuito da conciliação e agir antes de uma ação ir para o Tribunal de Justiça, as partes procuram uma forma de solucionar seus problemas, assim podendo evitar vários transtornos no Tribunal de Justiça.

No art.625 trata que as empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho, e que a comissão instituída no âmbito da empresa será composta de no mínimo dois e no máximo

dez membros, e observará a seguintes normas: I - a metade de seus membros será indicada pelo empregador, e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo Sindicato da categoria profissional.“ ... § 2º - O representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normalmente na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como Conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Segundo Mello (2003,p.01) na conciliação é dada ao conciliador a tarefa de aproximar as partes desavindas sugerindo e propondo soluções,esforçando-se para levá-las a um entendimento capaz de por um fim a um conflito ou à sua expectativa.

2 O CODIGO DE ÉTICA NA ARBITRAGEM

Na arbitragem a ética é como um processo eficaz para solucionar as controvérsias, assim associando diretamente aos mediadores que vierem a conquistar por meio de um trabalho de qualidade técnica, através dos princípios éticos. Sendo um processo confidencial e voluntário, onde tem que haver responsabilidade nas decisões que cabe às partes envolvidas com transparência, veracidade da negociação e da conciliação da arbitragem, contribuindo para a sociedade como uma alternativa para solucionar os litígios, na qual é administrada pelo conselho nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA). Alguns princípios fundamentais para o mediador pautar-se na conduta ética da arbitragem:

- Imparcialidade - Que é a condição fundamental que não pode existir entre o conflito e o interesse, e deve sempre procurar compreender a realidade sem perder os valores éticos.
- Credibilidade – è o dever de construir e manter uma credibilidade entre as partes franca e coerente.
- Competência – É a capacidade de mediar a controvérsia existente, assim o mediador só deve aceitar a tarefa quando tiver as qualificações básicas para satisfazer as expectativas das partes.
- Confidencialidade – São os fatos e situações ocorridas durante o processo que deve prevalecer em sigilo, respeitando a vontade das partes nos termos por elas, desde que não contrarie a ordem pública.
- Diligência- É o cuidado e a prudência para observância da regularidade, assegurando a qualidade do processo tendo em vista os princípios fundamentais da ética.

2.1 A ARBITRAGEM SOB A LEI Nº 9.307/96.

A Lei da arbitragem consiste em um papel muito importante para o presente estudo, que possibilita ter uma visão em geral da lei da arbitragem; na lei 9.307/96 “Art. 1º as pessoas capazes de contratar poderão valer-se da Arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis”.

A arbitragem, lei nº 9.307 de Setembro de 1996, é composta de quarenta e quatro artigos, assim sendo dividida em sete capítulos que são artigos 1 e 2, que tratam da convenção da arbitragem e seus efeitos; o artigos 3 a 12 mencionam os Árbitros; os artigos 13 a 18 sobre os procedimentos arbitral; os artigos 19 a 22 são as sentenças Arbitral; artigos 23 a 33 são os reconhecimentos e execução de sentenças Arbitral Estrangeiras, os artigos 34 a 44 são as disposições finais.

As vantagens adotadas no Tribunal Arbitral é a rapidez com os litígios na escolha dos árbitros, e a economia das partes em negociar os honorários dos juízes, o sigilo que é a principal característica da arbitragem por meio das partes interessadas, a informalidade e flexibilidade, a tolerância que preserva as relações entre as partes do conflito e a confiança que é o maior compromisso e cria maior segurança entre as partes de um conflito.

2.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO

A área de arbitragem no Brasil é um instrumento normativo fundamental que trata das cláusulas compromissórias e do compromisso arbitral com base no direito processual. Podendo atuar em varias situações como na Agricultura e Pecuária, Bancária, Contratos de Seguros, Vigilância Bancária, Causas Cíveis, Causas Comerciais, Contratos Educacionais, Direito do Consumidor, Imobiliárias - Compra, Venda e Locação, Médico e Hospitalar, Prestadores de Serviços, Relações Trabalhista, e Condomínios.

Há duas espécies de convenção de arbitragem o do compromisso arbitral onde serão instituídos posteriormente os conflitos de interesses e a da cláusula compromissória que é necessariamente prévia. O artigo 4º diz que a arbitragem se define em cláusula compromissória como a convenção das partes em um contrato que tem o comprometimento de submeter em litígios que pode ocorrer nos contratos. Conforme Marcondes (2004,) podem ser:

“[...] construção civil, comércio, agronegócio, indústria têxtil, bancos, condomínios, serviços, etc.” Podem ser decididos por meio de arbitragem os litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis que envolvam bens e/ou dinheiro. Conflitos que digam respeito a títulos de crédito, comerciais e industriais (compra, venda, troca,

aluguéis, condomínios e taxas); de consumo em geral (compra, venda, consórcio de veículos, eletrodomésticos e imóveis); conflitos educacionais (escola, mensalidades); planos de saúde (médico e hospitalar); dissolução de sociedade comercial, industrial e outros; restituição de quantias pagas (telefone, luz, água, bancos); prestação de serviços em geral; bancários; trabalhistas; litígios internacionais (marcas/patentes, pirataria, importação e exportação).

O compromisso da arbitragem é definido na convenção das partes de um litígio de uma ou mais pessoas podendo ser judicial ou extrajudicial. Sendo assim um meio de alternativa de solucionar os conflitos das partes cuja decisão terá o mesmo efeito que a solução jurisdicional, já a forma extrajudicial pode solucionar os conflitos aplicado somente a direitos transacionáveis, ou seja, direitos disponíveis. A lei nº 9.307/96 se define no compromisso arbitral em seu artigo 9º; é a convenção através da qual as partes submetem-se a um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.

3 A ARBITRAGEM EM RELAÇÃO AS CAUSAS TRABALHISTAS

O arbitro é toda e qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes, por elas escolhidas, para, sob sua sentença arbitral, conforme seu conhecimento, dirimir litígio ou controvérsia entre elas. De acordo com Caetano (2006,p.21) o arbitro tem um papel importante em auxiliar o processo de convenção, através dos critérios de rateio as despesas decorrentes do trabalho de arbitragem.

Na constituição federal consta do inciso XI art.7º trata que todos os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais podem ser tratados com um arbitro, já no (art.114,caput) ele menciona que compete à justiça do trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, e na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho bem como os litígios que se originam no cumprimento de suas próprias sentenças. A participação dos direitos constitucionais tem o dever de dar uma compreensão mais específica para os trabalhadores, para dirimir os conflitos trabalhistas. Leonardo Dias Borges (p.284-285) lembra ainda que a arbitragem no âmbito das relações laborais é agasalhada na constituição federal como solução dos conflitos coletivos de trabalho (art.114,§ 1º da CF), além de ser plenamente compatível com os conflitos individuais. Conforme o artigo de Denise Almeida (2007,p.01).

A arbitragem nos moldes brasileiros é instrumento para discussão de direitos disponíveis, eis que para os indisponíveis apenas o judiciário é competente. Essa discussão é essencial para firmar entendimento sobre a aplicabilidade da arbitragem nos conflitos individuais trabalhistas, pois a Lei 9.307/96 (Lei de Arbitragem) expressamente diz: Art. 25. Sobrevindo no curso da arbitragem controvérsia acerca de direitos indisponíveis e verificando-se que de sua existência, ou não, dependerá o

julgamento, o árbitro ou o tribunal arbitral remeterá as partes à autoridade competente do Poder Judiciário, suspendendo o procedimento arbitral. Parágrafo único. Resolvida a questão prejudicial e juntada aos autos a sentença ou acórdão transitado em julgado, terá normal seguimento à arbitragem.

A solução de litígios tem uma grande participação sobre a negociação provisória do lucro do resultado. O art.4º fala que caso a negociação da participação ou resultados da empresa resulte em impasse, as partes poderão utilizar o mecanismo de solução de litígio, primeiro mediação e depois a arbitragem que o arbitro deve restringir – se para optar pelas questões apresentadas em caráter de solucionar uma das partes, sendo ele escolhido por uma das partes firmando o compromisso arbitral.

3.1 DIREITO TRABALHO NA ARBITRAGEM

O direito do trabalho na arbitragem tem um grande papel, onde o juiz constitui um bom relacionamento entre os trabalhadores e as empresas, possibilitando entrar em uma conciliação fora da mesa de audiência, onde a lei tenta por meio do diálogo evitar a sentença por meios normativos, por meio do qual o estado diz o direito ou em caso concreto submete ao judiciário. Os métodos extrajudiciais de solução de conflitos tem uma diferença, entre os autocompositivos que é o mediação e o conciliação e os heterocompositivos que é a arbitragem.

A mediação é uma forma de solucionar conflitos entre as partes de uma controvérsia pelo consenso ou acordo entre as partes. A conciliação é o acordo entre as partes obtido também com o auxílio de um terceiro que propõe o entendimento entre as partes considerando os argumentos de uma e de outra pessoa. Já a arbitragem é um método que as partes buscam a solução através de lide, ou seja, de uma decisão já imposta por um terceiro, onde atua como um juiz privado, as vantagens é que os procedimentos do arbitro, conforme Caetano(2006) são evidentes como:

- a) afastamento do Judiciário: a lide foge da indústria de recursos, não ficando na pendência da interpretação do Juiz;
- b) preserva a integridade das partes: presume-se a boa-fé;
- c) celeridade: prolação da sentença no prazo estipulado pelas partes, sendo que no silêncio a lei prevê o prazo máximo de seis meses;
- d) confidencialidade e sigilo: o processo não é público, não é divulgado o nome das partes;
- e) se uma parte não cumprir a sentença, e houver necessidade de executar a sentença, essa pode se tornar pública;

f) a solução por arbitragem pode ser especificada em cláusula compromissória contratual ou convenção coletiva: depois de instalado o conflito as partes assinam um termo de compromisso;

g) é menos dispendioso se comparado ao prejuízo que a demora da solução pelo Judiciário acarreta para uma empresa que muitas vezes até a inviabilizava, feita a análise dos procedimentos extrajudiciais de solução dos conflitos de maneira genérica, passemos ao estudo da arbitragem nos eventuais litígios trabalhistas. O direito do trabalho é muito importante entre os conflitos do empregado e empregador, onde há um grande interesses da parte do empregado quanto do empregador.

4 A ARBITRAGEM NO CONCEITO DA PERÍCIA

A Perícia por ser um instrumento importante, tem espécies distintas e definidas em seu ambiente de atuação. Segundo Alberto (2000,p.53) são estes ambientes que delinearão suas características intrínsecas e as determinantes tecnológicas para o perfeito atendimento dos objetivos para os quais deve-se voltar. Os ambientes de atuação da perícia podem ser divididos em três tipos de ambientes que originam - se: perícia judicial, extrajudicial e arbitral.

A perícia contábil judicial é aquela que envolve o poder judiciário, quando as partes têm um litígio não encontram uma solução para resolver sua questão, normalmente uma delas ou ambas requerem os seus direitos perante um juiz ou quando o juiz necessita de um laudo pericial. Ela é requerida quando solicitada pelas partes ou pelo juiz. Segundo Moraes (2000,p.70)

O perito contador, no exercício da perícia contábil judicial, tem a obrigação de conhecer e seguir os ritos do código de processo civil, instrumento de consultas freqüentes para todos os profissionais que militam na área da perícia judicial. Devendo atentar -se ao objeto de forma clara e objetiva, pois em todos os casos a perícia terá força de prova, e isto implica responsabilidade para o perito, quer civil, quer criminal.

O perito é um profissional especialista e portador de conhecimento técnico de alguma área da ciência, que seja necessário para deslize de algum ato ou de um determinado processo. Moraes (2000,p.72) afirma que na perícia realizada sob estas condições, o perito via regra, é uma pessoa amiga das partes, além de gozar de confiança irrestrita de ambas, essa forma de perícia é muito peculiar. As partes que resolvem um litígio assim, não desejam dar publicidade aos fatos envolvidos e nem se interessam por resoluções conflitantes, pelo contrário, estão mais propensas ao acordo. A nomeação do perito consiste em determinado

despacho do processo, sendo que o juiz nomeia o perito e as partes indicam o assistente técnico, avaliando a necessidade de produzir prova técnica contábil, assim analisando as alegações oferecidas pelas partes do fato realizadas na elaboração de parecer pericial. A função da prova pericial é a de transformar o fato em verdade, através das técnicas científicas em certeza jurídica, podendo encontrar incidência dos fatos para ajudar nos litígios relacionados ao direito da vida patrimonial.

Conforme Ornelas (2007,p.230)

A função pericial pressupõe enfrentar determinados aspectos processuais, relativos ao domínio e ao entendimento quanto à produção da prova pericial e, em particular, da contábil, que devem ser dominados pelo perito, já que este tem papel relevante, na qualidade de auxiliar na justiça.

O perito tem uma grande responsabilidade na execução do seu trabalho profissional tendo que manter conhecimento da ciência contábil das Normas Brasileira de Contabilidade. O Arbitro é eleito pelas partes, na verdade ele é o perito e o Juiz ao mesmo tempo. De acordo com a lei 9.307/96 Art.13 o árbitro pode ser qualquer pessoa capaz de contratar desde que tenha a confiança nas partes. Assim ele verificará os fatos dos fatos das controvérsias do estado das coisas e dos lugares tendo a decisão de julgar a homologação da situação. Assim ele que informa a veracidade encontrada nos registros e documentos através do conhecimento técnico.

Conforme Araújo Kroetz (1997.p.79)

A convenção de arbitragem pode estabelecer os sujeitos, o objeto da decisão e o órgão julgador. A determinação desses elementos exige o preenchimento de requisitos, sob o enfoque dos pressupostos e condições de validade, desde o seu nascimento através da celebração da convenção de arbitragem ate albergar os efeitos da imutabilidade da coisa julgada.

A arbitragem é uma forma convencional de solucionar determinados litígios por previsão legal da jurídica estatal. Podendo as partes nomear um arbitro sempre que for necessário, tendo que ser numero impar se for e autorizado uma pessoa do Poder Judiciário para orientar na decisão, com mais eficiência da sentença arbitral.

O Código Civil Brasileiro vigente em seus artigos: Art. 851 é admitido compromisso judicial ou extrajudicial, para resolver litígios entre pessoas que podem contratar. No art. 852 é vedado compromisso para solução de questões de estado, de direito pessoal de família e de outras que não tenham caráter estritamente patrimonial. Art. 853. Admite-se nos contratos a cláusula compromissória, para resolver divergências mediante juízo arbitral, na forma estabelecida em lei especial.

4.1 A ARBITRAGEM E O PROFISSIONAL CONTÁBIL

A arbitragem está diretamente ligada com o Direito Comercial, Direito Trabalhista, embora também atue em outras áreas, o Direito Trabalhista é o mais afetado, pois é onde envolvem as controvérsias nas relações do trabalho entre pessoas físicas e jurídicas, podendo propiciar um novo mercado de negócios para os profissionais da área contábil.

Conforme Peixe (2000, p.63)

O profissional contábil deverá possuir uma visão global do ambiente em que está inserido sabendo separar o que é importante do que pode ser deletado sem perder o seu foco no cliente aplicando o poder e preparo para comunicar informações úteis, tempestivas, oportunas, relevantes, convincentes, seguras e a consciência de suas responsabilidades como cidadão.

Constituição Federal em seu art. 114 define como competência da Justiça do Trabalho o julgamento e conciliação de conflitos entre empregados e empregadores em dissídios individuais e coletivos. Porém, este mesmo artigo, em seu § 1º, prevê que, não ocorrendo negociação, as partes poderão recorrer ao processo de arbitragem.

5 METODOLOGIA

5.1 CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA

O Estudo desta pesquisa tem como principal característica embasar na utilização de consulta bibliográfica e teórica em livros, revistas, artigos e outros. Onde foi desenvolvido uma pesquisa nos Escritórios do Município de Rolim de Moura, para os profissionais da área de contabilidade, tendo a Arbitragem como o tema escolhido devido a falta de conhecimento de alguns profissionais, sendo um método inovador e pouco utilizado no Brasil. Tendo como objetivo principal a pesquisa descritiva. Conforme Silva (2006, p. 59),

A descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Os dados coletados possuem técnicas padronizadas, como o questionário e observação sistemática.

A referida pesquisa será voltada para o conceito na Justiça Arbitral focalizando na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e mostrando a importância da percepção dos profissionais nesta área, tendo a necessidade e a utilização de solução dos litígios dos direitos

disponíveis na justiça arbitral. As técnicas de coleta de dados utilizadas para responder ao objetivo geral e específico desse trabalho?

5.2 MÉTODO DA PESQUISA

O desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir dos dados coletados junto aos Escritórios de Rolim de Moura/RO. O método utilizado, foi o estudo de campo. Para Gil (2002,p.133).Muitos estudos de campo possibilitam a análise estatístico de dados, sobretudo quando se valem de questionários ou formulários para coletas de dados. No entanto, diferentemente dos levantamentos, os estudos de campo tendem a utilizar variadas técnicas de coleta de dados. Daí porque, nesse tipo de pesquisa, os procedimentos de analise costumam ser predominante qualitativo.

5.3 TÉCNICA DA PESQUISA

È uma pesquisa qualitativa e quantitativa, portanto, serão utilizadas as técnicas de pesquisas como, questionários estruturados para observação, dos resultados coletados. A pesquisa será bibliográfica e de campo; serão utilizadas conceitos retirados das bibliografias com base teórica a partir de autores sobre o assunto. Para a realização do estudo de campo, será elaborado questionário.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados consiste no levantamento das coletadas das informações obtidas através dos questionários. Os dados coletados através de questionários, analisados e organizados em tabelas e gráficos, visando o levantamento das informações sobre os aspectos dos contadores na visão empírica da Arbitragem nos Escritórios de Rolim de Moura - RO.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1 PESQUISA REALIZADA NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO

Esta pesquisa foi feita através da coleta de dados, após aplicado um questionário nos Escritórios do município de Rolim de Moura, onde são num total de 22(vinte e dois) escritórios, tendo a maioria atuado na área da contabilidade a mais de 3 anos, Sendo um

questionário composto de 16 questões composta de alternativas fechadas.Com base no conceito da mediação, conciliação e Arbitragem através da lei nº 9.307de setembro de 1996.

6.1.1- Compreensão dos contadores sobre a Arbitragem?

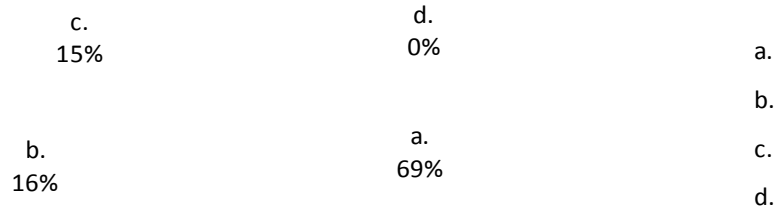


Gráfico 1: Compreensão sobre Arbitragem
Fonte: Dados obtidos pela autora (2011)

Em relação ao Gráfico 1, observamos que 69% responderam a alternativa A, uma vez que compreendem a Arbitragem como uma técnica de solucionar as controvérsias de duas ou mais pessoas física ou jurídica, tendo a mesma liberdade de transação e renuncia a decisão do arbitro, sendo este o conceito efetivamente correto a respeito da Arbitragem. Percebe-se que 16% dos entrevistados responderam a letra B (alternativa incorreta, pois nela considera-se a arbitragem como uma forma de solucionar somente controvérsias entre pessoas físicas); 15% dos profissionais entrevistados optaram pela letra C na qual apresenta-se o conceito atrelado a uma ação judicial, no entanto a Arbitragem ocorre fora do Poder Judiciário. Isto nos mostra que a maioria dos profissionais contábeis tem uma compreensão correta acerca do conceito de Arbitragem.

6.1.2- Finalidade da Arbitragem

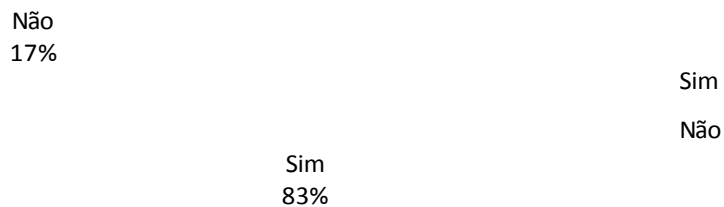


Gráfico 2: Finalidade da Arbitragem
Fonte: Dados obtidos pela autora (2011)

Considerando que a finalidade da Arbitragem seja... (Autor, ano, página) observa-se no Gráfico2 que 83% dos entrevistados tem uma compreensão sobre a finalidade da utilização da Arbitragem para a resolução de litígios que envolvam direitos disponíveis de maneira mais

rápida, no entanto 17% afirma ter ouvido falar sobre as finalidades de utilização da Arbitragem, não possuindo conhecimentos técnico e científico sobre a utilidade da Arbitragem, considerando o fato de que os profissionais contábeis alegam o fato da não existência de Tribunais de Arbitragem ativos nos Municípios da região, o que dificulta a utilização bem como a obtenção de informações.

Ainda a respeito da existência do Tribunal Arbitral, 99% dos profissionais da área contábil souberam da existência de um Tribunal Arbitral no Município de Rolim de Moura. Para a sociedade é desconhecida a existência desse tribunal conforme afirmaram alguns dos profissionais contábeis entrevistados.

O fato é que buscando o aperfeiçoamento, alguns profissionais investiram na obtenção de conhecimento bem como na capacitação de seus colaboradores (empregados) sobre a Arbitragem, visando facilitar a utilização desse instrumento para dirimir causas relacionadas a direitos disponíveis, no entanto o Tribunal Arbitral de Rolim de Moura recentemente desativou as suas atividades.

6.1.3- Diferenças entre os termos “Arbitragem, Conciliação e Mediação”



Gráfico 3: A concepção dos profissionais entre Arbitragem, Conciliação e Mediação.

Fonte: Dados obtidos pela autora (2011)

Ao questionar sobre a concepção que os profissionais contadores tem acerca das diferenças entre a Arbitragem, a Conciliação e a Mediação, observa-se que 94% dos entrevistados afirmam serem formas diferentes de dirimir conflitos fora do Poder Judiciário, e 6% dos entrevistados não sabem diferenciar os termos, bem como os procedimentos particulares pertencentes a cada um. Considerando que a conciliação é um dos meios mais utilizados entre os profissionais, por ser um acordo entre as partes para solucionar litígios, a respeito do conhecimento que os entrevistados tem do conceito relacionado a Conciliação, onde um total de 97% afirmaram assertivamente que compreendem enquanto conceito da conciliação que esta ocorre quando um terceiro envolve-se com a demanda, sugerindo

propostas, apresentando alternativas, agindo de forma que as partes consigam compor a sua discussão, chegando assim a uma decisão que efetivamente promova a justiça.

Quando questionados sobre o conhecimento conceitual a respeito da mediação, os entrevistados afirmaram que ela é muito utilizada, tornando-se necessário a compreensão de seus conceitos e procedimentos de tal forma que um total de 92% dos entrevistados afirmaram que a Mediação compreende um procedimento que envolve um terceiro que intermedia a aproximação entre as partes, buscando conjuntamente a solução para o conflito; diante do questionamento somente 8% dos entrevistados responderam incorretamente.

6.1.4- Identificação sobre conceito das “Cláusulas Compromissória”:

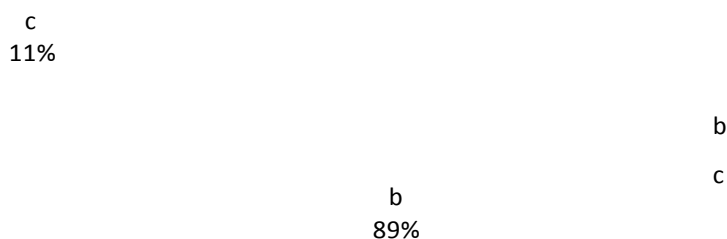


Gráfico 4: Conceito Cláusula Compromissória

Fonte: Dados obtidos pela autora (2011)

Sobre a Cláusula Compromissória, ao responderem, 89% dos entrevistados responderam corretamente ao considerarem esta como um compromisso que possui o objetivo comum de subtrair a decisão de uma controvérsia da autoridade judiciária, para referi-la a juízes privados; no entanto 11% responderam incorretamente ao considerar que a cláusula compromissória é um compromisso de um processo judicial. Faz-se necessário ressaltar que a Cláusula Compromissória refere-se a Arbitragem, logo não há nenhuma relação com o Judiciário.

Quando questionados sobre o conhecimento que possuem a respeito do “Termo de Compromisso Arbitral”, obteve-se a informação de que 79% dos entrevistados tem compreensão sobre o assunto ao afirmarem que “Termo de Compromisso Arbitral” é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à Arbitragem de uma ou mais pessoas de um Tribunal Arbitral; no entanto 21% dos entrevistados expressaram dúvidas acerca do conceito, assinalando a alternativa incorreta.

Diante do conhecimento observado sobre os conceitos e procedimento relacionados a Arbitragem, questionou-se ainda quais foram os instrumentos utilizados pelos profissionais para a obtenção de conhecimentos a respeito da Arbitragem, sendo constatado que 96% dos contadores obtiveram maiores informações sobre o tema através da internet e 4% através de outros meios tais como, livros, artigos, revistas e cursos. Portanto os profissionais contábeis eles sempre busca mais informação para fica sempre atualizado na sua área.

6.1.5 – Você sabe quanto tempo demora a solucionar um Processo no Tribunal Arbitral?

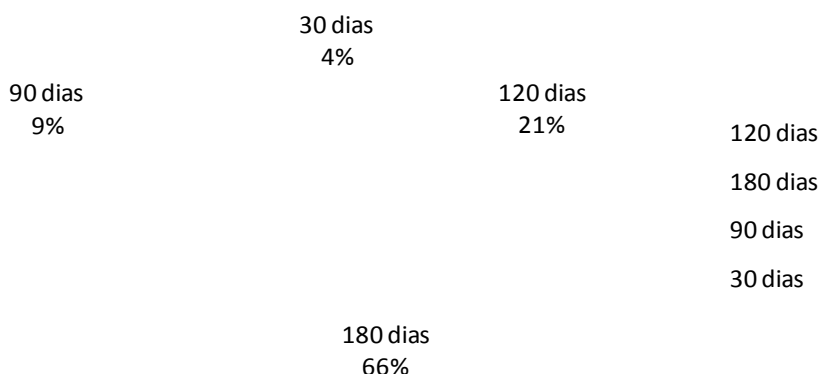


Gráfico 5: Quanto tempo demora um processo

Fonte: Dados obtidos pela autora (2011)

Em relação a demanda dos processo 66% responderam que foram 180 dias, e 21% responderam 120 dias, tendo 9% assinalado 90 dias e 4% os 30 dias. A respeito das vantagens que é celeridade, sigilo, especialização, muitos dos profissionais responderam sigilo mais opinando outras vantagem para a arbitragem no Brasil.

Finalizando os questionamentos da entrevista, os entrevistados foram argüidos se eles acreditam que a arbitragem possa ser utilizada para dirimir quaisquer tipos de conflitos relacionados a contratos, assim 70% responderam a letra que a Arbitragem pode ser utilizada em contratos de compra, venda, locação, arrendamento, conflitos educacionais, dentre outros, no entanto 30% dos entrevistas acreditam erroneamente que a arbitragem também possa ser utilizada para dirimir controvérsias relacionadas a Contratos de Herança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os dados realizados junto aos Escritórios de Rolim de Moura, através do questionário formulado e apresentado para os profissionais da área da contábil, num total de 22 Escritórios, com base na lei da Arbitragem nº 9.307,

instituída em 23 de Setembro de 1996, que diz no art.1 que todas as pessoas são capazes de contratar a arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, desde que tenha cláusula compromissória, ou seja, todos os contratos em geral. Trata-se de um dos meios alternativos de acesso à Justiça, sem intervenção do Poder Judiciário.

Sendo escolhida a convenção arbitral, como um processo mais rápido para solucionar os conflitos, sendo visto como um órgão mais ágil, coexistencial e participativo, com a busca da efetiva realização da Justiça. Havendo vários conflitos de interesses para ser resolvidos na arbitragem surge como uma alternativa para solucionar esse conflitos como uma justiça pública, oferecida pelo Estado.

Tendo a conciliação, é mediação para auxiliar sendo que a mediação é atuação de uma pessoa que intermédia partes envolvida em uma situação de conflitos seja ela qual for, pode ter participação com diversos tipos de negociações, desde que haja um contrato entre as partes, a conciliação

Através da Arbitragem objetivo deste estudo foi de saber qual e a concepção dos profissionais contábil, nesta área sobre a arbitragem, para os dias atuais onde foi de grande valia para a desobstrução do Judiciário, através de formas alternativas de solução de conflitos, principalmente quando se tratar de direitos patrimoniais disponíveis, através dos escritórios pesquisados foi observado que os contadores tiveram um grande interesses a respeito pelo do Tribunal Arbitral no município de Rolim de Moura, mais infelizmente é pouco conhecido pela sociedade assim dificultando o seu crescimento no Estado. Assim pode-se concluir-se que a arbitragem é um meio adequado de solução de conflitos, disputas ou controvérsias entre particulares por árbitro de sua escolha ou por indicação excluindo assim a solução por meio de uma ação judicial.

REFERÊNCIAS.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia Contábil.- 2.ed.-São Paulo: Atlas.

CRETELLA. José Neto, 1951- Comentários a lei de arbitragem Brasileira. -Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOMES, Rinaldo Jefferson da Silva. Fontes de informação em Pericial contábil:legislação, resolução e normas –João pessoa: editora A União 2006.134p.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida, Manual de Arbitragem: Doutrina – Legislação – Jurisprudência.2.ed.São Paulo: Método,2007.

KROETZ,Tarcisio Araújo.Arbitragem: conceito e pressupostos de validade: de acordo com a lei 9.307/96.- São Paulo: editora Revista dos Tribunais,1997.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida, Arbitragem e convenção arbitral. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

Normas Brasileira de Contabilidade: CBC-T-13 Da Perícia Contábil; CFC:1999.
ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de, Perícia Contábil - 3.ed.- São Paulo:Atlas,2000.

ORNELAS,Martinho Maurício Gomes de./Perícia Contábil.-2ed.- São Paulo: Atlas, 1995.

PINTO,Antonio Luiz de Toledo.Windt, Marcia Cristina Vaz dos Santos.Céspedes,Livia.Vade Mecum/obra coletiva de autoria da editora saraiva com a colaboração - 6.ed.atual. e ampl.-São Paulo:Saraiva,2008.

SÁ, Antonio Lopes de, Perícia Contábil.- 7.ed.-São Paulo: Atlas,2005.

Caetano, Luiz Antunes, Arbitragem e mediação,hoje/ Gustavo Cintra paashaus.2ºed.rev. e atual. São Paulo:Ed pilares,2006.

Cretella Neto,Jose,Comentários à lei de arbitragem brasileira/Jose Cretella Neto.ed.Rio de Janeiro; Forense,2007.

-YAMAGUCHI, Achilles. Arbitragem e perícia. Revista Brasileira de Contabilidade. Ano XXXVIII. n.º 119.Setembro/Outubro de 1999.

ZAPPAROLLI, Célia Regina. A experiência pacificadora da mediação: uma alternativa contemporânea para a implementação da cidadania e da justiça. In: MUSKAT, Malvina Ester. Mediação de Conflitos: pacificando e prevenindo a violência. Organização Malvina Ester Muszkat. São Paulo: Summus, 2003. 254 p. pág. 52.

Vade Mecum Saraiva --obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Marcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Cespedes.- são Paulo: saraiva,2006.

PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: O poder de difusão da Informação. Revista Brasileira de Contabilidade. Ano XXXIX-n. º122. Março/Abril de 2000.

Junior , Narciso Figueiroa.Arbitragem nos conflitos de trabalho.Disponível em :<<http://www.fetcesp.com.br/ArtigoCompleto.asp?Codigo=18>>.Acesso em 13 mar.2011

:<<http://iraildojose.sites.uol.com.br/arbitragem.html>> Acesso em 21mar. 2011.

ANEXOS

I- QUESTIONÁRIO

Entrevistado: _____

Escritório: _____

1- Há quanto tempo atua na área contábil?

() menos de 1 ano

() mais de 1 ano e menos que 3 anos.

() mais de 3 anos e menos que 5 anos.

() mais de cinco anos.

2-Há quanto tempo é Bacharel em Ciências Contábeis? Ano: _____

Sexo: () Fem. () Mas

3-Atua somente como Contador ou exerce mais alguma outra função que utilize seus conhecimentos na área contábil?

() Ensino Superior (professor)

() Consultor

() Auditor

() Perito

() Outros _____

4- O que o Senhor (a) compreende como Arbitragem?

() A arbitragem é uma técnica de solucionar as controvérsias de duas ou mais pessoas física ou jurídica, tendo a mesma liberdade de transação e renúncia a decisão do arbitro ou árbitros.

() É a técnica de solucionar as controvérsias apenas das pessoas físicas de duas ou mais, tendo a mesma liberdade de transação e renúncia a decisão do arbitro ou árbitros.

☐ É o método adequado de solucionar os conflitos de uma controvérsia entre as partes através de uma ação judicial.

☐ Não sei

5- Você sabe para que ele Serve?

☐ Sim ☐ Não

6- Você sabia que aqui no Município de Rolim de Moura tinha um Tribunal Arbitral?

☐ Sim ☐ Não

7- Na sua concepção, há diferenças entre os termos “Arbitragem, Conciliação e Mediação”?

☐ Sim ☐ Não

8- Caso a resposta seja positiva, indique abaixo qual o conceito refere-se a Conciliação:

☐ Na conciliação, só uma das partes resolve as controvérsias da ambas as partes assim chegando a decisão final de um processo.

☐ Na conciliação, um terceiro se envolve no litígio, sugerindo propostas, apresentando alternativas, agindo de forma que as partes consigam compor a sua discussão.

☐ Não sei

☐ outros _____

9- Caso a resposta da questão “7” tenha sido positiva, indique abaixo qual o conceito que refere - se a “Mediação”...

☐ A mediação é um procedimento no qual um terceiro faz intermédia a aproximação das partes, buscando de forma conjunta a solução para o conflito.

☐ É um terceiro que se envolve no litígio, sugerindo propostas, apresentando alternativas, agindo de forma que as partes consigam compor a sua discussão.

☐ Não sei

☐ outros. _____

10- Dentre as alternativas abaixo apresentadas aponte aquela que indica o conceito correto de “Cláusula Compromissória”:

☐ Não sei

☐ É o compromisso que possuem em um objetivo comum de subtrair a decisão de uma controvérsia à autoridade judiciária, para referi-la a juízes privados, a árbitros.

() É o compromisso de um processo Judicial de ambas das partes envolvidas numa controvérsia de herança familiar.

() Outros. _____

11-Dentre as alternativas abaixo apresentadas aponte aquela que indica o conceito de “Termo de Compromisso Arbitral”.

() É a convenção através da qual as partes submetem um litígio à Arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser Judicial ou extrajudicial.

() É o instrumento de que se valem os interessados para que de comum acordo atribuam apenas um da partes na solução de pendência entre eles existentes.

() Não sei

() Outros. _____

12-Qual das leis abaixo listadas regem a Arbitragem no Brasil?

() 11.079/04 () 9.307/96 () 9.478/97 () 9.472/1997 () N.D.A

13- Como você obteve as informações a respeito da Arbitragem?

() Por meio da internet.

() Realizei cursos sobre Arbitragem.

() Já atuo ou atuei na área de Arbitragem.

() Não sei o que é Arbitragem.

() Outros. _____

14 – Você sabe quanto tempo demora para solucionar um Processo no Tribunal Arbitral?

() 120 dias () 180 dias () 90 dias () 30 dias () N.D.A

15-Qual destas vantagens você acha que não tem na Arbitragem no Brasil?

() Celeridade () Sigilo () Especialização. () N.D.A

16-Na sua concepção a pratica e a utilização da arbitragem pode ser em que tipo de contratos:

() títulos de crédito, comerciais e industriais;Contrato de Herança.

() No consumo em geral (compra, venda) ;conflitos educacionais.

() N.D.A